

## **O LUGAR DE VIVÊNCIA DE ESTUDANTES QUILOMBOLAS: ESTUDO DE CASO COM A TÉCNICA DE MAPAS MENTAIS**

Aline Neves Rodrigues Alves - UFMG

Agência(s) Financiadora(s): Programa Observatório da Educação - CGC/DEB/CAPES

O grande número de comunidades quilombolas oficialmente reconhecidas, no Brasil, traz consigo a necessidade de investigarmos a evolução do próprio conceito de quilombo no país, suas referências nos estudos, ressemantizações e discussões teóricas com ele envolvidas. Atualmente observa-se que tais leituras buscam repensar as comunidades quilombolas no presente, não mais a partir de uma estrutura escravista ou calcada no imaginário de fuga (ALMEIDA, 1999; SCHIMITT, 2002). Essa relativização do conceito ocorre também enquanto condições operacionais e conjunturais, ou seja, meios de atendimento ao artigo 68 da Constituição Federal do Brasil de 1988, que prevê o direito à propriedade das terras ocupadas por remanescentes de quilombos. (LITTLE, 2002,)

Interessa-nos observar, neste estudo de caso, os processos educativos vividos por membros de uma comunidade auto declarada quilombola, dentro e fora de sua escola, considerando suas características socioculturais, uma vez que, a convocação à escola para o respeito à diversidade étnica e à pluralidade cultural desse país é algo também contemplado no aspecto legal, tanto na Constituição Brasileira quanto na própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e suas alterações. (BRASIL, 2003)

A pesquisa visa contribuir, ainda que com certas limitações, com as discussões a respeito da Educação sobre o direito à diferença, notadamente o direito a identidade étnico-racial. Luta social materializada no campo educacional a partir da construção das Diretrizes para Educação Escolar Quilombola, porém reivindicações que emergiram político e historicamente dos movimentos sociais negros ainda na década de 70 do século XX. (BRASIL, 2012; GOMES, 2011)

Para isso, o presente trabalho de pesquisa envolveu as ações cotidianas e a história de uma comunidade quilombola rural, denominada Barro Preto e situada no município de Santa Maria de Itabira no Estado de Minas Gerais, em articulação com as práticas educativas de âmbito escolar. Para tal, os principais sujeitos acompanhados e entrevistados foram um grupo de crianças, estudantes do quinto ano do Ensino Fundamental de uma escola pública municipal localizada no interior dessa comunidade.

A escolha destas crianças deve-se ao fato de estarem cursando o último ano escolar ofertado dentro da comunidade e por isso, terem passado maior tempo de estudos naquela escola. Além

das crianças-estudantes, o trabalho incluiu entrevistas com moradores, professores, diretora e técnicos da Secretaria Municipal de Educação dessa escola, buscando-se uma compreensão do histórico da comunidade e outras ações ligadas ao seu reconhecimento enquanto quilombolas.

Assim, o estudo já concluído no ano de 2012, teve por objetivo compreender a vivência de crianças da comunidade de Barro Preto e suas inter-relações com a educação escolar e com os processos educativos mais gerais, levando-se em consideração o lugar de vivência, as relações étnico-raciais e a questão quilombola.

Os mapas mentais foram os principais procedimentos metodológicos adotados. Esses foram construídos por um grupo de dezessete estudantes da escola da comunidade. Por mapas, entende-se a metodologia de investigação nos debates sobre percepção ambiental, percepção de paisagens e nos trabalhos de antropólogos, em que se procura visualizar, nas imagens mentais traçadas pelos homens, traços ligados à cultura. (NOGUEIRA, 2002).

## QUILOMBO BARRO PRETO

A comunidade de Barro Preto possui população de aproximadamente 600 habitantes distribuídos em cerca de 150 casas. Destacamos de seu campo educacional as ações coletivas que envolveram moradores, escola e seu corpo docente, e também, gestores da Secretaria Municipal de Educação, que buscaram implantar a partir de 2004, com recursos públicos e acompanhamento pedagógico específico, a Lei 10.639/2003 que torna obrigatório o Ensino de História da África e Cultura Afro-Brasileira nas escolas, bem como suas Diretrizes Curriculares para Educação das Relações Étnico-Raciais na única escola da comunidade. E como consequência dos novos conhecimentos a respeito de seus antepassados e características quais versam o próprio Decreto lei 4.8887 de 2003<sup>1</sup>, é realizada uma mobilização qual desencadeou em ações para o próprio reconhecimento junto à FCP, cujo ápice se dá com a emissão da auto-declaração quilombola por parte da comunidade no ano de 2006.

Toda essa articulação, ao envolver a escola, traz consigo uma importante mobilização juntamente com os estudantes, no sentido de desenvolver o espírito crítico e de valorização da cultura e identidade local. O grupo de crianças, cuja faixa etária oscila entre dez e onze anos,

---

<sup>1</sup> Decreto lei 4.887 de 2003, que “regulamenta o procedimento para a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos”. E embora o decreto apresente um novo caráter fundiário e dê ênfase à cultura, memória, história e territorialidade, até o presente momento a comunidade ainda não conseguiu a titulação definitiva de suas terras.

além de presenciarem as manifestações políticas no interior da comunidade, participou das ações culturais com apresentações nos municípios vizinhos, e também recebeu, na comunidade e no museu montado por elas e demais moradores, a visita de outras escolas da rede de ensino do município. E para compreendermos suas experiências com o lugar de vivência é que apresentamos na seqüência algumas imagens traçadas, mapas mentais, produzidos *in loco*.

## DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

As interpretações abaixo demonstram alguns resultados da decodificação dos mapas mentais, ou seja, da experiência das crianças quilombolas com seu lugar de vivência:

### A. Relações de vizinhança:



Brenda, 11 anos

Os fortes laços de parentesco existentes dentro da comunidade e as informações constantes nos mapas mentais sobre o pertencimento territorial demonstram uma trajetória histórica de Barro Preto que surgiu em meados do século XIX, e onde por muito tempo, se realizava casamentos apenas entre os membros das famílias pertencentes à comunidade.

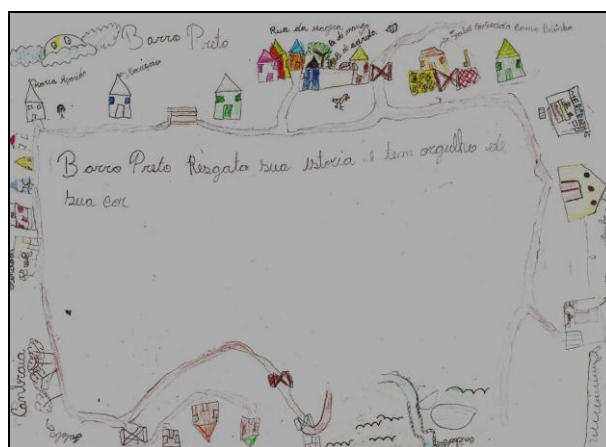
### B. Relações com o urbano



Eliel, 10 anos

Barro Preto embora com características rurais, é um povoado situado na Região Metropolitana de Belo Horizonte-MG e sofre influências dessa grande capital. Equipamentos característicos do urbano, embora recentes, se apresentam aí, como elementos da paisagem construída.

#### C. Relações com os projetos educacionais.



Izadora, 11 anos.

A escrita “Barro Preto Resgata sua História e tem Orgulho de sua Cor”, neste mapa mental, é também a frase-título de um dos primeiros projetos realizados na escola, num momento em que estudante, provavelmente, esteve envolvida com as atividades escolares de valorização da identidade e cultura local.

#### D. Relações com o lazer:



Luis, 11 anos

A quadra de esportes, conquistada por meio de ações populares da comunidade durante o processo de reconhecimento quilombola, foi constantemente retratada nos mapas mentais, quer em termos de sua escala de representação quanto através da intensidade de cores com que foi representada.

## CONCLUSÕES

A função dos mapas mentais, de acordo com Oliveira (2002) está em tornar visíveis as construções do mundo real ou da imaginação de seu autor, mas não diz respeito a lugares imaginários; e, portanto foi possível, através deles, nos aproximarmos do lugar, “a dimensão mais concreta do espaço, da qual ninguém pode desligar-se, por ser o espaço das relações imediatas” (KOZEL, 2001, p.154). Percebemos inclusive, nessa dinâmica de trabalho, um evolução/atualização do conceito de comunidade quilombola, direta ou indiretamente, a partir do resultado dos mapas mentais quais englobam: a valorização de elementos materiais e simbólicos resultantes da auto-declaração (quadra de esportes, tratamento da água e caixas de água); pertencimento territorial com consciência dos limites/retrições ao domínio e usufruto desse território (cercas); afirmação das relações de parentesco; as referências de identidade; e por fim a constatação de que os sujeitos investigados não se encontram isolados ou alheios às inovações que ocorrem no seu entorno (contato com o meio urbano).

Portanto, os processos educativos experimentados pelos moradores-estudantes, dentro e fora da escola, considerando suas características socioculturais ganharam forma nos mapas mentais, daí o interesse dessa metodologia por, principalmente, geógrafos, psicólogos, antropólogos, urbanistas, e evidentemente, também educadores.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo W. B. de. Os Quilombos e as Novas Etnias. In: O'Dwyer, Eliane Cantarino. Quilombos: Identidade Étnica e Territorialidade. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2002.

ALVES, Aline Neves Rodrigues; **Território Quilombola e Escola: Percepções do Lugar a partir do uso de mapas mentais**. Monografia apresentada ao IGC/UFMG, 2012

BRASIL. Decreto nº 4.887/03, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial da União**. Brasília, 21 novembro 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm)>. Acesso em: 09 jan. 2012.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. MEC: Brasília, junho 2005.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares para Educação Escolar Quilombola**. MEC: Brasília, novembro 2012.

CARRIL, Lourdes. **Quilombo, Favela e Periferia: a longa busca da cidadania**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2006.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. **Ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GOMES, Nilma L. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 10, n. 18, p. 133-154, abr. 2011.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG. 2.ed.Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

KOZEL, Salette. **Das imagens às linguagens do geográfico: Curitiba, a “capital ecológica”**. São Paulo, 2001. Tese (Doutorado). Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo.

LITTLE, Paul E. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma Antropologia da Territorialidade. In: **Série Antropologia**. Brasília: UNB, 2002.

MIRANDA, Shirley Aparecida de. Educação escolar quilombola em Minas Gerais: entre ausências e emergências. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 50, ago. 2012.

MOURA, Glória. Proposta pedagógica. In: **Educação Quilombola. Salto para o futuro**. Boletim 10. Junho 2007. Disponível em: <<http://www.educacao.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espaco-virtual/espaco-diversidade/---ARTIGO/Educacao-quilombola.pdf>>. Acesso em: 06 mar. 2012.

MUNANGA, Kabengele & GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006. (Coleção para entender)

NOGUEIRA, Amélia Regina Batista. Mapa mental: recurso didático para o estudo do lugar. In: PONTUSCHKA, Nídia Nacib. **Geografia em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2002.

O'DWYER, Eliane Cantarino (org.). **Terra de Quilombos. Associação Brasileira de Antropologia**. Rio de Janeiro: Decania CFCH/ UFRJ, 1995.

SANTOS, Milton. SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001a.

SCHIMITT, Alessandra *et. al.* Atualização do conceito de *quilombo*: identidade e território nas definições teóricas. In: **Ambiente & Sociedade** - Ano V – N° 10 – 1° Semestre de 2002.

---